

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Julio Camargo Artigas

O SONHO DO MORAR COLETIVO
Ideologias e projetos modelares

São Paulo
2007

Julio Camargo Artigas

O sonho do morar coletivo Ideologias e projetos modelares

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana
Mackenzie
para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antônio da Cunha Perrone

São Paulo 2007

Resumo

O presente trabalho estuda as ideologias que envolvem a arquitetura desde o Século XIX, no que contempla a habitação de valor de mercado compatível com o salário das classes proletárias, como contribuíram e de que forma para estabelecer a intensidade e a amplitude das suas variadas soluções. As idéias sobre as cidades e a Urbanização, através de uma, perspectiva materialista, permite compreender a relação entre o conteúdo político expressos através do poder da classe hegemônica de uma dada sociedade e seus continentes espaciais implantados, o modo de localizar o habitat, formas diferentes de habitação e de equipamentos de infraestrutura, um modo de apropriação do espaço e de implantação nesse espaço de atividades voltadas à produção e para a existência humana.

O primeiro objeto de estudo é “O Familistério de Guise”

– a união cooperativa entre o capital e o trabalho - idéia - proposta da “utopia social” de Charles Fourier, seguido pelo grande período especulativo “construtivista” da arquitetura moderna na URSS no curto período entre 1925 e 1932, que buscava também a construção de um novo homem, que no campo da produção arquitetônica teve muitas de suas realizações reproduzidas em outros contextos por serem soluções de qualidade e interesse. Em seguida a forma de expressão da cidade, das intervenções sobre estas, representadas pelos conceitos de economicidade social implantados nas cidades de Frankfurt e Berlin no período da República de Weimar, na Alemanha entre 1926 e 1933, secundado pela Áustria e a política residencial na Viena Socialista de 1919 até 1933, concluído-se com a proposta da Unidade Habitacional de Tamanho Adequado de Marselha,

por Le Corbusier epítome da reconstrução da França no pós guerra, a partir de 1945.

A segunda parte do trabalho discute a repercussão desse ideário no Brasil a partir da década de 50 concentrando-se as discussões sobre a solução proposta para as superquadras de Brasília, enquanto proposta urbanística de Lúcio Costa e o Conjunto Habitacional de Cumbica de Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha, destinado após operários sindicalizados da região metropolitana de São Paulo.

Ao longo do trabalho, desenvolvido em duas partes, serão estudados e discutidos alguns projetos modelares que representam os conteúdos ideológicos estudados e como estes transparecem na vida social e nos espaços edificados na busca da realização arquitetônica do sonho do morar coletivo.

Abstract

This monograph studies dwellings built and inhabited by their users and the ideologies involved in their architectural concept since the XIX century are discussed. Housing which have market value compatible with the proletariat's income is also considered and how these works contributed to the establish social contact and the variety of interpretation of the extent of various solutions.

Firstly we endeavor to understand, from a materialistic point of view, how ideas of cities and urbanization help to understand of the relationship between the political concepts expressed in the power of the hegemonic social class and its implanted special continents, the habitat sites, different forms of habitations and infrastructure facilities, the appropriation of space and implantation in these spaces of collective living and productive activities.

The first object under scrutiny is "The Familisterio de Guise" – a cooperative union of capital and labour – an idea proposed in Charles Fourier's "social utopia", followed by the great speculative period of the "constructivism" of modern Architecture in the USSR during the short period between 1925 and 1932, which also idealized the construction of a new man. Many of these architectonic products have been reproduced in other contexts due to the their quality and universal interest.

Next, the form of expression of the city and interventions, represented by the social economy implemented in Frankfurt and Berlin during the Weimar Republic in Germany between 1926 and 1933, supported by Austria and the housing policy in the Socialist Vienna from 1919 to 1933, finalising with the pioneer proposal "Housing Unit of Adequate Size in Marseilha"

designed by Le Corbusier, the epitome of the rebuilding of post-war France, from 1945 onwards.

The second part of this work discusses the repercussion of these European ideas and their interpretations in Brazil, starting in the 1950's, concentrating the analysis on the solutions proposed in the "superquadras" in Brasilia, Lucio Costa's urban proposal, and the Housing complex of Cumbica in Guarulhos, São Paulo, designed by Vilanova Artigas, Fábio Penteadó and Paulo Mendes da Rocha for the housing of trade union member workers living in the São Paulo metropolitan area.

Throughout this work, written in two parts, we will discuss some archetypal projects which represent the ideological contents and how they are expressed in the social life and build spaces, in search of the architectural realization of the dream of collective living.

Agradecimentos

São muitos os amigos a quem devo o apoio, a ajuda a orientação e muita compreensão, me auxiliando na consecução deste trabalho. Agradeço sinteticamente a:

Rafael Antônio da Cunha Perrone, meu amigo terno e eterno, desde o bonde 101 que nos levava ao Colégio Estadual Prof. Alberto Conte, depois chegando até a FAUUSP e que é o meu orientador neste trabalho.

Edgar Gonçalves Dente, meu amigo cáustico e guru suave, que fez de tudo para que eu me doutorasse na FAUUSP com este trabalho.

Não conseguimos, graças a CPG de lá!

Rosa Camargo Artigas, minha doce irmã, pelas leituras deste, as ótimas conversas e as valiosas orientações ideológicas.

Carlos Egídio Alonso, Carlos Guilherme Mota, Cândido Malta Campos, Roberto Righi e Wilson Flório, meus caros colegas e professores do Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UP Mackenzie pelas aulas e orientações sempre valiosas e pertinentes.

Alfredo Gunther Domschke e Manfred Speidel pelas traduções de textos em alemão e pelas revisões e reformulações de minhas traduções dessa língua, esforçadas, mas ainda imprecisas.

Dedico

Aos que virão, na pessoa de Adriana Niño Artigas minha adorada e única neta, por enquanto.

Aos meus queridos filhos, Pedro, Manuela e Gabriel e sobrinhos Laura e Marco que me alegram muito, sempre.

SUMÁRIO

Introdução	07	
Parte 1	Experiências européias	
Capítulo 1	O Familistério de Guise – A união cooperativa entre o capital e o trabalho	27
Capítulo 2	Arquitetura Moderna na URSS e Habitação Proletária	40
Capítulo 3	Alemanha - Habitação nos anos da República de Weimar	87
Capítulo 4	Áustria e Viena Vermelha	172
Capítulo 5	França - Le Corbusier e a Arquitetura da Reconstrução 1945-1953	189
Parte 2	Experiências Brasileiras	
Capítulo 6	Habitação Operária no Brasil	203
Capítulo 7	Brasília e as superquadras habitacionais	226
Capítulo 8	O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado Guarulhos 1966/1967	244
Conclusões e Posfácio		276
Bibliografia		282
Glossário		285
Anexos:	Relação e fonte das imagens - Diagramas	287

“A causa a que devotei boa parte de minha vida não prosperou. Eu espero que isto tenha me transformado num historiador melhor, já que a melhor história é escrita por aqueles que perderam algo. Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam porque tudo foi diferente e esta é uma questão muito mais relevante”.

Eric Hobsbawm

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir conteúdos reflexivos e críticos sobre a habitação e o habitar, "traço fundamental da condição humana". Segundo Heidegger, o habitar é a ocupação pela qual o homem tem acesso ao seu ser, deixando surgir as coisas em torno de si, fixando-se, continuando como consciência, construindo a vida. Privilegiar-se-á nesta pesquisa a documentação das condições nas quais a habitação destinada a abrigar o proletariado, a imensa maioria de nosso planeta, construtor das sociedades industriais, foi considerada e concretizada e em que condições históricas. Quais são as soluções de habitação, no campo da produção arquitetônica, que uma vez implantadas vieram a ser reproduzidas como soluções que expressam interesse de estudo e qualidades de uso que merecem serem reproduzidas? Como se adequou a habitação

ao valor de mercado compatível com o salário das classes proletárias? Como e de que forma esses modelos contribuíram para estabelecer a intensidade e a amplitude das suas variadas soluções.

Nessa abordagem procuraremos contemplar a compreensão da habitação dentro de seus valores, desde os culturais até os de mercado, compatíveis com as múltiplas situações da vida das classes proletárias, em determinadas sociedades e situações históricas e, de que forma as propostas implantadas contribuíram, para estabelecer a intensidade e a amplitude das variadas soluções estudadas. As soluções exemplares, objeto deste estudo, serão tratadas como "propostas modelares", termo que pretende ter a força de expressar seu valor transcendente, enquanto construção, realização, proposta. Essas proposituras por seu caráter reprodutível são passíveis de interpretação que conduzem à

concretização de novas condições criadoras, novos projetos. A inserção correta no contexto político-social e temporal em que foram realizados, é fundamental para que se compreenda esses modelos.

O objeto da pesquisa também busca apresentar e discutir os projetos realizados representativos de moradias para as classes proletárias, com quais qualidades foram elaborados e concretizados e qual a contribuição desses empreendimentos para a democratização e modernização dos espaços das cidades industriais, destacando as soluções exemplares descrevendo-as, considerando os recortes temporais nas sociedades específicas nas quais foram inseridos, estudando-se particularmente a produção europeia entre as duas guerras mundiais e a produção brasileira após a destituição da ditadura Getulista no país desde 1945 até 1984.

As ideologias

Nesse processo as questões ideológicas envolvidas serão parte integrante das interpretações elaboradas. Quais ideologias estiveram presentes e como e de que forma contribuíram para estabelecer a intensidade e a amplitude das variadas soluções implantadas? As ideologias, desenvolvidas a partir do pensamento europeu, notadamente na França, Alemanha e Inglaterra, que tratam da crítica da grande cidade industrial apresentam-se mais intensamente organizadas a partir dos três últimos decênios do Século XIX, expressando-se através de duas abordagens diferentes e um modelo de crítica política à sociedade.

Num aspecto inicial e embrionário, descritivo e estatístico, pretendeu-se situar a questão urbana numa rede de causas e efeitos que incorporou, inclusive, sentimentos humanitários que buscavam denunciar as condições de vida

do proletariado urbano, conduzindo às ordenações, regulamentos e legislações que resultaram no estabelecimento de normas que atendiam às condições de higiene, regulamentações do trabalho e da habitação. Em contraponto a esses sentimentos que tratam a cidade como um processo patológico e estipulam profilaxias, constituem-se os pensadores políticos e polemistas que instruem as primeiras precisões sobre as questões urbanas desde o fim do século XVIII e início do XIX. Essa poderosa segunda vertente, segundo classificação de Françoise Choay na sua obra de referência “*O Urbanismo, Utopias e Realidades*”, explicita-se em dois modelos que incorporam o passado e o futuro cada um à sua maneira, expressando nostalgia ou progresso.

O primeiro modelo interpreta o urbanismo e a cidade através de uma solução progressista propondo-se a evitar a

alienação do seu habitante, através do racionalismo, a ciência e a técnica, na busca de soluções dos problemas colocados pelas relações entre a humanidade com o meio e entre si própria. Uma visão otimista “a priori”, que carrega a idéia de progresso em sua plenitude e amplitude, que recusa qualquer herança artística do passado e se propõe a garantir o progresso social onde lógica e a beleza, convirjam. A utopia é o progresso técnico.

O segundo modelo, nostálgico ou culturalista busca compreender e propor a vida urbana para o agrupamento humano, descartando a situação do indivíduo habitante, considerando cada membro da comunidade um elemento insubstituível desta, em oposição à noção de tipo e suas extensões externadas pelo modelo progressista. Busca-se recompor a unidade orgânica da cidade, em processo de fragmentação pela nova condição de espaço da produção

industrial em escalas crescentes. As necessidades materiais são diluídas pelas espirituais, menos rigorosamente determináveis. A sua utopia subordina-se à sua escala, as cidades e a vida passam a ter limites materiais e determinações espaciais.

Ambas vertentes de pensamento apresentam conteúdos comuns, o destaque aos espaços comunitários, culturais em sobreposição à moradia individual. Outra condição compartilhada por esses pensadores é imaginar e propor a cidade em forma de modelo, objeto reprodutível, sem um tempo concreto e em qualquer lugar, ou nenhum, em suma uma utopia a construir em sua totalidade.

A tensão entre a teoria e a prática nas condições expressas pelos modelos interpretados, pode induzir a certas rupturas, quando a teoria distancia-se da concretização dos objetos buscados, tornando-se “ideologia” das frustrações e

impotências ante as realizações concretas, ainda que expresse sentido e razão histórica, ao se propor como alternativa às condições correntes.

A produção industrial de então engendra com suas fábricas, os alojamentos operários, os bens destinados ao consumo de massa e os reinos existenciais nos quais a criação arquitetônica não pode se expressar e só exprimem a miséria social dos primórdios do capitalismo, que ultrapassa seu horror formal. Os problemas que coloca mobilizam o Estado, incitam o reformismo social burguês e por fim deságuam no movimento operário revolucionário, mas pouco ou quase nada, estimula a imaginação dos arquitetos.

A crítica, “sem modelo”, de Engels e Marx, às grandes cidades industriais estabelece uma “supressão das diferenças” colocando-se como a primeira interpretação ideológica do espaço urbano e inicia o processo da

construção de uma nova forma política para a sociedade, no plano ideológico - filosófico, ainda que não se expresse por uma projeção espacial (daí “sem modelo” embrionariamente), mas critique profundamente as disparidades de classe produzidas no âmbito do capitalismo que se apresentavam de forma cada vez mais evidente. Quem daria forma e incorporaria conteúdos à sociedade, às cidades, a burguesia ou o proletariado?

Apresentam-se assim, os princípios morais que iriam regular a futura arquitetura moderna, a primeira e única digna deste nome, a estabelecer-se no Século XX. Essa arte de construir, nos seus primórdios, orgânica, impregna-se da vida cotidiana e do espírito da vanguarda do início do Século XX, dá continuidade à tradição racionalista ocidental, revelando-se suficientemente vigorosa para criar seus próprios modelos, ou

seja para tornar-se clássica e fundar uma tradição que ultrapassou de roldão as fronteiras nacionais.

Os conteúdos culturais, sociais e estéticos dos fatos relativos ao habitar abordados na dissertação procuram estudar suas razões, as raízes que os motivaram, e os objetos pelos quais se expressam. Descrevem-se e interpretam-se esses fenômenos ligados ao habitar e a partir das idéias que forneceram as bases para a sua concretização espacial, arquitetônica. O sentido dessa análise crítica é comentar e verificar como esse conjunto de realizações geradas na Europa em processo de industrialização, foi compreendido, como foi absorvido e como foi reproposto nas nossas condições nacionais, através da melhor produção arquitetônica brasileira, o que por si só incorpora um sentido de eleição do que se considera relevante, significativo em fim, *obras seminais*, na extensão do estudado.

Interpretações

Não se pretende elaborar uma história da produção de habitação nas grandes cidades industriais. Pretende-se destacar soluções no campo da arquitetura que representam critérios implantados que foram absorvidos ao longo do tempo, expressando avanços sociais e técnicos com valores incorporados a produções marcantes, que se relacionam. O que se considera marcante é uma eleição de nossa parte que será explicitada no bojo do trabalho, através dos objetos estudados. As ideologias que envolvem a arquitetura desde o

Século XIX, no que contempla a habitação de valor de mercado compatível com o salário das classes proletárias, como contribuíram e de que forma, para estabelecer a intensidade e a amplitude das suas variadas soluções, são questões centrais da dissertação. As idéias sobre as cidades e sua urbanização, através de uma perspectiva materialista

sistemizada, permite compreender a relação entre o conteúdo político (econômico, social e ideológico) do poder da classe dominante de uma dada sociedade e seus continentes espaciais. Consta-se que a uma ideologia de classe, uma forma de poder e de propriedade, um tipo de tecnologia e de recursos energéticos tende a corresponder um tipo de urbanização, ou melhor um modo de localizar o habitat, formas diferentes de habitação e de equipamentos de infraestrutura, um modo de apropriação do espaço e de implantação nesse espaço de atividades voltadas à produção.

Primeira Parte – Experiências Europeias

O primeiro objeto de estudo que busca explicitar as origens da habitação coletiva operária e que se materializou num modelo construído e ocupado é “O Familistério de Guise”. O espaço da união cooperativa entre o capital e o trabalho, uma idéia - proposta da “utopia social” de Charles

Fourier (1772 – 1837) e seus seguidores. Essa concepção começou a formatar-se no bojo de uma tentativa de garantir no contexto de um particular empreendimento fabril de escala destacada a implantação de uma co-gestão, que preconizava a participação acionária (no plano financeiro) de seus operários, com distribuição dos lucros gerados pelo universo do empreendimento. Tal pretensão era secundada pela busca de uma organização das atividades não lucrativas na esfera produtiva. Busca que visava incorporar esta condição num amplo programa educativo para o segmento da classe operária envolvida nesta empreita.

À época já se tinha consciência dos graves problemas que se passavam nas e com as cidades. Estes expunham as contradições próprias do modo de produção capitalista. A contradição entre capital e trabalho criava para o espaço urbano a segregação entre os bairros pobres e ricos,

resultado da apropriação particular dos meios de produção pela burguesia e da miséria à qual estava submetida a classe trabalhadora, condenada a vender sua força de trabalho. Opulência e miséria eram inscritas, desenhadas, construídas no espaço. Expressavam-se nas desigualdades das formas de moradia, dos meios de comunicação, do usufruto dos equipamentos, condições essas que eram garantidas pela presença de forças repressivas ideológicas e militares com a responsabilidade de manter as condições de dominação, que reforçam e reproduzem o antagonismo entre as classes. A divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se equipara, em nível global, na oposição entre cidade e campo. A concorrência e a concentração de capital conduzem à centralização e sua consequência espacial, o congestionamento das “cidades centrais”, as metrópoles e no plano geral na deterioração do ambiente natural e humano.

Como segundo e mais extenso objeto de estudo, abordaremos a habitação proletária coletiva edificada em dois universos que se gestam a partir de situações políticas distintas. Inicialmente a nascente sociedade socialista soviética, pós-revolução de outubro de 1917 na Rússia. A seguir os programas sociais propostos pela também recém instituída República de Weimar, na Alemanha, ao fim da 1ª. Guerra Mundial, a partir da hegemonia política e das propostas do Partido Social Democrata Alemão, desde 1919. A Alemanha de então já era um país com expressivo processo de industrialização. Como extensão temporal e política ao vigoroso universo alemão anteriormente exposto, comentar-se-á sinteticamente, as soluções habitacionais desenvolvidas para a cidade de Viena, à mesma época, sob a administração socialista conduzida pelo Partido Social Democrático Operário - SPO, após a dissolução do Império

Austro Húngaro num ambiente de desenvolvimento industrial incipiente.

A revolução soviética, em paralelo às mudanças radicais dos conteúdos da sociedade a partir da tomada do poder pelos bolcheviques, propunha-se a realizar profundas modificações no que contempla o espaço e seus conteúdos. O socialismo representava um novo conteúdo ideológico, político e econômico que possibilitava introduzir modificações quantitativas e qualitativas tanto na cidade como no campo. O poder socialista tomou então, efetivas e rápidas medidas essenciais para a construção de um novo ambiente, através da coletivização do solo e a estatização dos principais meios de produção bem como medidas – algumas insuficientes inicialmente – buscando destruir a separação entre os trabalhadores e o aparelho de poder recém instituído, ainda que os novos conteúdos espaciais não se apresentem

imediatamente, A Revolução de Outubro além de propor a transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais da secular sociedade feudal Czarista, apropriando-se de todos os meios de produção e distribuição de bens e serviços, propunha-se a instituir uma revolução cultural na vida cotidiana dos cidadãos da nascente União Soviética, em harmonia com a revolução política e econômica. A cultura do modo de vida, da reconstrução do modo de vida, foi o *leitmotiv* das pesquisas que visavam romper com as tradições e com os objetivos além do campo das artes, nos primeiros anos da década de 1920 na URSS. A arte deve ser um instrumento de transformação social, um instrumento da revolução, um meio de transformar as relações entre as consciências humanas e por corolário a própria humanidade. O grande período da arquitetura moderna na URSS situa-se entre 1925 e 1932. Esse período será objeto de estudo, uma

vez que no campo da produção arquitetônica, muitas implantações concebidas nessa época vieram a ser reproduzidas em outros contextos, certamente por expressarem soluções de qualidade e interesse universais.

A forma de expressão da cidade, a forma da cidade será objeto de estudo através das intervenções sobre estas, representadas pelos conceitos de economicidade social implantados nas cidades de Frankfurt e Berlim, no período da República de Weimar, na Alemanha entre 1926 a 1933. A salubridade dos bairros residenciais, a política de uso do solo, as novas soluções de seu parcelamento e as habitações construídas, inclusive com as preocupações com a economia doméstica, o sol e a luz, dimensionamentos, produção serial, normatização e princípios basilares técnico-construtivos e econômicos para utilização em massa, serão recuperados, no estudo.

No curto período entre os anos de 1926 até 1930 a administração da cidade de Frankfurt, governada por maioria social-democrata, buscou modernizar de forma abrangente a sociedade e a cidade. Estruturas antiquadas tiveram que dar lugar às novas que procuravam oferecer maior justiça social. Essa modernização ocorreu sobre a trama urbana pré-existente das propriedades particulares. Trama já sedimentada na cidade desde há muito tempo, sob a égide de estatutos e normas municipais. Ao mesmo tempo em que se interferiu de forma modificadora sobre o tecido consolidado assumiu-se a hipótese de que apenas com o desenvolvimento de um processo de industrialização poder-se-ia atender ao interesse coletivo e assim se criariam as condições para o progresso social. Acreditava-se, portanto, que a industrialização participaria de forma preponderante na solução desses problemas. Os meios técnicos resolveriam

essa questão social na medida em que, por serem ilimitados em princípio, trariam a base da construção da nova cidade extirpando as situações de sofrimento.

O conceito de forma de vida e tipologia habitacional na “Nova Frankfurt” foi influenciado por antigas demandas do movimento operário alemão, que exigia acomodações individuais para suas famílias. Necessidade advinda dos conflitos inerentes à superação das situações da exploração e das imposições disciplinares impostas pelos empregadores - proprietários. Necessidades advindas do questionamento de condições habitacionais das diversas gerações anteriores condenadas a viver sob o mesmo teto dos cortiços vizinhos às áreas de produção fabril ou rural. O oposto, o direito a habitação em boas condições de uso deveria ser alcançado através de uma habitação de baixo custo. Uma casa para cada família. Moradias para famílias com dois ou três filhos

deveriam ser projetadas para que atividades tão simples, repetitivas e humanas como o dormir, alimentar, lavar e vestir pudessem ocorrer de forma suave e cotidiana (atividades rotineiras diárias da família nuclear) o que incluía a suposição de que o chefe da família estivesse empregado. O produto, um apartamento compacto em superfície, que apesar, ou graças a sua uniformidade, ofereceria espaço e tempo para o exercício de relativa variedade de necessidades e atividades. A fim de oferecer melhorias na relação espaço e tempo, aprofundou-se o saber sobre tal preocupação, que foi particularmente atendida pelas interpretações funcionalistas desenvolvidas através de métodos científicos. Nesses estudos, dos planos de laje aos equipamentos das unidades, a invasão da privacidade deveria ser evitada a todo custo, as demandas emocionais satisfeitas e o esforço da faina doméstica maternal e feminina, reduzido. Como exemplo

dessa última pretensão, uma “cozinha laboratório”, incorporando conceitos de um carro-restaurante ferroviário, foi projetada, testada e produzida em massa para dar mais tempo livre à “dona de casa”. Essa “Cozinha de Frankfurt” na qual refeições podiam ser preparadas no menor e mais eficiente espaço necessário e numa fração do tempo anteriormente exigido, foi desenhada pela arquiteta vienense Margaret Schütte-Lihotzky, considerando aspectos práticos e ergonômicos, projetando-a como uma linha industrial de trabalho / montagem, equipando-a com uma série de utensílios variados, desenhados e desenvolvidos exclusivamente para esses ambientes.

Em seguida e em paralelo, a cidade de Berlim e os seus conjuntos operários projetados pelo arquiteto Bruno Taut, complementam este estudo das ideologias progressistas na construção da cidade e da habitação operária. Os projetos

de espaços habitacionais para a classe operária concebidos pelo arquiteto demonstram uma peculiaridade e uma qualidade de desenho urbano então, revolucionário, pois os valores dos espaços edificados se estendiam além das necessidades “biológicas” primárias de seus habitantes. Buscavam expressar a construção de uma nova sociedade sem privilégios, socialista, na qual morar seria um direito, o tempo em que todos compartilhavam o sonho da convivência.

Concluindo esta etapa de estudos serão abordadas de forma sintética a produção habitacional e seus conteúdos ideológicos nas situações vigentes na Áustria e sua capital a então, “Viena Vermelha”. A política habitacional na Viena Socialista entre 1919 e 1933.

Encerrando os estudos de propostas urbanísticas e arquitetônicas para a habitação coletiva, bem como das peculiaridades do ideário europeu que foi absorvido no Brasil

a partir da década de 1930 e após a superação dos eventos da 2a. Guerra Mundial considerar-se-á comentar sobre a arquitetura da reconstrução na França entre 1945 e 1953, enfocando-se exclusivamente o exemplo, então único, da “Unidade de Habitação de Tamanho Adequado de Marselha”, projeto de Le Corbusier, seus antecedentes históricos e seus desdobramentos e interpretações subsequentes, seminais para a arquitetura mundial e particularmente para a produção brasileira.

Segunda Parte - Habitação Operária no Brasil

No limiar do processo de industrialização do Brasil, notadamente nas primeiras décadas do século XX, apareceram novas determinantes para expansão da cidade de São Paulo. Se as ferrovias foram elemento de atração para a implantação de fábricas, estas acabaram por atrair em sua proximidade as casas dos operários. Bairros como o Brás e a Mooca, foram formados pelas indústrias e as moradias operárias. Originariamente, a casa era construída para o trabalhador, pelo empresário industrial, que a alugava a seus operários. A moradia era um fator de atração para os escassos trabalhadores qualificados, demandados pela indústria nascente e, ao mesmo tempo, enraizava-o a uma dada empresa evitando a rotatividade de mão de obra, e provavelmente, reduzindo suas possibilidades de lutar por seus interesses. Perder o emprego significava perder também

a casa. Com a consolidação do processo, de industrialização, gradativamente, a obtenção de moradia deslocou-se de um acessório do contrato de trabalho dos operários, para o mercado o qual passa a responder pela oferta destinada às camadas de baixa renda.

À medida que os centros industriais passaram a se desenvolver num ritmo mais dinâmico, as necessidades básicas perseguidas por suas crescentes populações se defasavam em relação à possibilidade de seu atendimento pelos gerentes do crescimento econômico. Ampliou-se o descompasso entre a produção de mercado e as moradias disponíveis para as classes populares.

No período Vargas acentuadamente e, desde então, até 1964, o setor público criou e desenvolveu apenas 120 mil unidades para famílias de baixa renda em todo o país por meio de diversos institutos, empresas públicas e outras

instituições como a Fundação da Casa Popular, Institutos de Previdência (IAP, IAPETEC, IAPB, IPESP.) e as Caixas Econômicas Federais e Estaduais, até 1964. Concluiu-se que pesados déficits e desequilíbrios entre oferta e demanda acumularam-se ao longo do período que culminou, em 1964, com a implantação do B.N.H. pelo governo federal. A lei nº. 4.380 de 08/64 instituiu o Sistema Financeiro da Habitação e criou o B.N.H. – Banco Nacional da Habitação, com a missão de “promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”. Seus objetivos, ligados à indústria da construção civil, política de saneamento, erradicação de favelas, melhoria do padrão habitacional, regulação do mercado regional, aumento de oferta de emprego, estímulo à poupança privada e outros, baseava-se na instituição da correção monetária (Lei 4.360), nos contratos habitacionais de empréstimo, acreditando-se

que desta forma seria possível evitar o que se entendia ser o grande inconveniente das tentativas anteriores a 1964: a erosão do valor real do retorno dos recursos aplicados na construção de habitações, em consequência da redução do poder aquisitivo do tomador do empréstimo por causa da inflação. A principal dotação do Banco foi ter seu crescimento assegurado pela arrecadação compulsória de 1,0 % (um por cento) da massa de salários do país, sujeita ao recém criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Já em 1967, contudo, o B.N.H., assumiu a gestão de depósitos do FGTS ao mesmo tempo em que era implantado o SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, o que faria afluir para seu controle recursos que acabaram por torná-lo a segunda potência financeira do País e a maior entidade mundial voltada para a questão da habitação.

A meta original do B.N.H. era construir 10 milhões de casas num período de 10 anos. No entanto, o Banco financiou não mais que 1,1 milhão de casas das quais somente 280 mil para o trabalhador pobre, na sua primeira década de existência. Realizou, portanto, menos que 3,0 % de seu plano original Segundo o relatório de 1977 do B.N.H., cerca de 1.738 mil moradias, haviam sido financiadas até então pela instituição, das quais 896 mil produzidas, tendo em vista o atendimento das necessidades de interesse social – até 10 salários mínimos de renda familiar.

O objeto do estudo desta segunda parte, é apresentar e discutir os projetos representativos de moradias para as classes proletárias, com quais qualidades foram elaborados e concretizados e qual a contribuição desses empreendimentos para a democratização e modernização dos espaços das cidades industriais brasileiras e por extensão sua contribuição

para a arquitetura e urbanismo mundiais, através de recortes temporais em sociedades específicas comparando-se a produção europeia entre as duas guerras mundiais, conforme explicitado na parte primeira e a produção brasileira após a democratização de 1945 até os anos 80. Por meio dos recortes temporais da primeira e segunda parte foi possível estabelecer relações que permitissem avaliar quais as soluções que, mesmo considerando a expansão e o agravamento ao longo do Século XX dos problemas relativos à habitação de baixo custo atingiram alguma qualidade e suficiência para enfrentá-los e que qualidades expressavam. O que significou e significam programas de implantação de moradias para o desenvolvimento adequado das cidades brasileiras contemporâneas considerando-se as condições e situações de desenvolvimento sócio-econômico e cultural dessas cidades.

As condições restritivas e excludentes impostas às populações de menor poder aquisitivo no decorrer de sua história e em seu processo de urbanização e industrialização, não impediram que alguns projetos desenvolvidos por arquitetos brasileiros demonstrassem qualidades inegáveis e preocupações corretas, enquanto proposta de habitar. Às sucessivas tentativas fracassadas de se obter quantidades, frustradas pela incapacidade de se controlar os déficits, se antepõem propostas eivadas do maior rigor técnico e expressão cultural, que ultrapassaram o seu tempo e suas condicionantes iniciais, vindo a se constituir em modelos a serem considerados em qualquer discussão ou análise crítica que se desenvolva sobre a habitação proletária. Não faltaram, os arquitetos brasileiros, quando solicitados, a responder por meio de suas idéias, às questões relativas as condições de moradia da nossa sociedade.

No decorrer do século XX, enquanto se desenvolvia a urbanização do país, sempre se constituiu preocupação dos arquitetos brasileiros, elaborarem respostas para o problema da habitação do trabalhador. A partir do início da segunda metade do século XX, que as propostas passam a adquirir substância, criando soluções e apresentando critérios. Do período entre 1945/70 deve-se destacar, pelo menos por sua representatividade e critérios ligados ao viver na metrópole, o projeto do conjunto de Pedregulho de Affonso Eduardo Reidy, as superquadras de Brasília, enquanto proposta urbanística de Lúcio Costa e o Conjunto Habitacional de Cumbica, por Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha considerando seu desenho urbano, sua proposta habitacional e seu programa de industrialização da construção em massa e avanços tecnológicos pretendidos.

O ponto comum, presente principalmente nas duas últimas propostas, é o fato de serem projetos que tratam a habitação como um dos muitos subsistemas do sistema urbano, preservando sua importância, libertando-se e negando a proposta da habitação na casa isolada, propondo o habitar dentro de uma visão mais ampla que inclui, necessariamente, o viver na cidade. Tal compreensão expressa-se de forma mais contida no projeto de Pedregulho pois, este foi implantado em um lote de razoáveis proporções mas que oferecia possibilidades de ocupação restringidas pelo entorno: a difícil topografia com relevo parcial, as limitações físicas quanto ao aproveitamento do terreno e, principalmente, o fato de ser uma implantação isolada numa vizinhança anárquica já existente. No entanto, foi o avanço necessário que norteou as melhores experiências na procura

de um conceito de habitabilidade mais amplo que aliasse riqueza plástica e conteúdos sociais.